

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.540.017 - MG (2019/0200591-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : **NOVAMINA EMPREENDIMENTOS LTDA**  
**ADVOGADOS** : **SÉRGIO ADOLFO ELIAZAR DE CARVALHO - MG041311**  
                  **GABRIEL SIQUEIRA ELIAZAR DE CARVALHO - MG139460**  
**AGRAVADO** : **TRANSPORTES DELLA VOLPE S A COMERCIO E INDUSTRIA**  
**ADVOGADO** : **LUIZ CARLOS WAISMAN FLEITLICH - SP131761**  
**AGRAVADO** : **JOSE LINO PEREIRA**  
**ADVOGADO** : **WALLACE DAMASCENO LOPES - MG082838N**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por NOVAMINA EMPREENDIMENTOS LTDA. contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, insurgiu-se contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assim ementado:

*"APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE REPARAÇÃO DE DANOS - PRESCRIÇÃO E/OU DECADÊNCIA - INOCORRENTE - ILEGITIMIDADE PASSIVA - NÃO CONFIGURADA - REPARAÇÃO DE DANOS - DESCARTE DE PARTE DE CARGA EM RODOVIA - PROVA TESTEMUNHAL - CONTRADIÇÃO - RESPONSABILIDADE DO TRANSPORTADOR E SEU MOTORISTA AFASTADAS - PEDIDO IMPROCEDENTE.*

*- Não há que se falar em prescrição se a ação foi ajuizada menos de 03 (três) anos após a parte autora ter tomado conhecimento dos fatos delituosos imputados aos requeridos.*

*- A legitimidade para agir em juízo se insere em uma das condições da ação, que deve ser investigada no elemento subjetivo da demanda, sendo necessário que os sujeitos estejam em determinada situação jurídica, que lhes autorize a conduzir o processo em que se discuta a relação jurídica deduzida no litígio.*

*- Para que surja o dever de indenizar, necessária a comprovação dos elementos ensejadores da responsabilidade civil, quais sejam: o dano, a ilicitude da conduta e o nexo causai entre ambos. Ausente um dos requisitos acima elencados, não há de se falar em indenização pelos danos materiais suportados pela parte autora.*

*- Decorrendo o suposto ilícito do fato de ter o motorista contratado pela Transportadora descartado parte da carga na rodovia, a contradição da data da ocorrência dos fatos, por parte da testemunha que afirma ter presenciado os fatos, afasta a credibilidade da prova, bem como a responsabilidade que se pretende atribuir ao transportador e ao seu motorista" (fl. 779, e-STJ).*

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados.

No recurso especial, a recorrente alega a violação dos seguintes dispositivos legais com as respectivas teses:

# Superior Tribunal de Justiça

(1) artigos 489, § 1º, IV, e 1.022, I e II, do Código de Processo Civil de 2015 - porque teria havido negativa de prestação jurisdicional no julgamento dos aclaratórios;

(2) art. 405, § 3º, do CPC/1973 - sustentando que o Tribunal de origem acolheu a contradição da testemunha Renato Arcebispo por considerar equivocadamente que teria interesse na causa e

(3) arts. 371 e 373, II, do CPC/2015 - afirmando que houve incorreta valoração probatória pelas instâncias ordinárias.

Após a apresentação das contrarrazões (fls. 858/869 e 871/879, e-STJ), o recurso foi inadmitido na origem, sobrevindo daí o presente agravo.

É o relatório.

## **DECIDO.**

Ultrapassados os requisitos de admissibilidade do agravo, passa-se ao exame do recurso especial.

Preliminarmente, importante consignar que o acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

A irresignação não merece prosperar.

No tocante à violação dos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, verifica-se que o Tribunal de origem motivou adequadamente sua decisão, solucionando a controvérsia com a aplicação do direito que entendeu cabível à hipótese. Não há falar, portanto, em existência de omissão ou de deficiência de fundamentação apenas pelo fato de o julgado recorrido ter decidido em sentido contrário à pretensão da parte.

A esse respeito, o seguinte precedente:

*"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. REVISÃO DO ATO DE APOSENTADORIA. PRESCRIÇÃO DO FUNDO DE DIREITO. VIOLAÇÃO AOS ARTS. 489 E 1.022 DO CPC/15. NÃO CARACTERIZADA. ANÁLISE DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. MATÉRIA INSUSCETÍVEL DE EXAME NA VIA ESPECIAL. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. NÃO COMPROVADO.*

*1. Verifica-se não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º e 1.022 do CPC/15, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos presentes autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.*

*(...)*

*5. Agravo interno a que se nega provimento"* (AgInt no REsp

1.654.518/MG, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 13/6/2017, DJe 22/6/2017- grifou-se).

Em relação à alegada violação dos arts. 371 e 373 do CPC/2015, de acordo com a jurisprudência pátria, sendo o nosso sistema processual civil orientado pelo princípio do livre convencimento motivado, ao magistrado é permitido formar a sua convicção em qualquer elemento de prova disponível nos autos bastando, para tanto, que indique na decisão os motivos que lhe formaram o convencimento. Assim, a intervenção desta Corte quanto a tal valoração encontra óbice na Súmula nº 7/STJ.

A propósito:

*“PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. (...) INVIÁVEL A ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 371, 373, I, E 374, I, DO CPC/2015. REAVALIAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DO ÔNUS PROBATÓRIO. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO.*

*(...)*

*3. É inviável a alegação de infringência dos arts. 371, 373, I, e 374, I, do CPC/2015, pois, para reavaliar a distribuição do ônus probatório, a fim de verificar se o autor ou o réu comprovaram suas alegações, faz-se necessário o exame acurado do acervo fático da causa, o que não é possível em recurso especial.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento” (AgInt no REsp 1663393/RJ, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/10/2017, DJe 07/11/2017).*

*“AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. PROVA TESTEMUNHAL. INDEFERIMENTO. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. IMPRESCINDIBILIDADE. JUÍZO. MATÉRIA FÁTICA. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7/STJ.*

*1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 1973 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).*

*2. O nosso sistema processual civil é orientado pelo princípio do livre convencimento motivado, cabendo ao julgador determinar as provas que entender necessárias à instrução do processo, bem como indeferir aquelas que considerar inúteis ou protelatórias.*

*3. Hipótese em que modificar a conclusão do tribunal de origem, soberano quanto à análise da necessidade ou não de se produzir outras provas, além daquelas já constantes dos autos, demandaria o reexame do contexto fático-probatório dos autos, providência vedada em recurso especial em virtude do óbice da Súmula nº 7/STJ.*

*4. Agravo interno não provido” (AgInt nos EDcl no AREsp 986.583/RJ, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/4/2018, DJe 13/4/2018).*

No que tange ao art. 405, § 3º, do CPC/1973, ao rejeitar os aclaratórios opostos pela ora recorrente, a Corte local consignou que "*restou comprovado nos autos o interesse da testemunha Renato Arcebispo nos fatos, que decorrem da causa, já que restou incontroverso ser ele, à época, responsável pela fiscalização da carga litigiosa junto a Vale, logo, como bem ponderou o julgador de primeiro grau, de certo que seria a ele 'conveniente que eventual constatação de falha na fiscalização não seja desvendada', conduta de proteção natural dos interesses de empregado, in casu*" (fl. 810, e-STJ).

Com efeito, rever tal entendimento, a partir da tese de que a testemunha não é suspeita, demandaria a análise de circunstâncias fático-probatórias dos autos, o que é inviável no recurso especial pela incidência da Súmula nº 7/STJ.

No mesmo sentido:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO ANULATÓRIA DE TÍTULO - MATÉRIA QUE DEMANDA REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO - PROBATÓRIO DOS AUTOS E INTERPRETAÇÃO DE CLÁUSULA CONTRATUAL. SUMULAS 5 E 7 DO STJ. ACÓRDÃO EM SINTONIA COM O ENTENDIMENTO FIRMADO NO STJ. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

(...)

*4. O Tribunal de origem concluiu, após análise do acervo probatório dos autos, que os documentos apresentados pela recorrente, durante a audiência, não eram novos, e que deveriam ter sido juntados à contestação; que as testemunhas arroladas eram suspeitas, pois possuíam vínculo empregatício com a empresa recorrente; que não há comprovação de vícios ou má-fé no contrato entabulado entre as partes, e que este deve ser mantido; e por fim, que o valor fixado a título de honorários advocatícios está dentro dos parâmetros de razoabilidade. Assim, alterar o entendimento do acórdão recorrido demandaria reexame do conjunto - fático probatório dos autos, e reinterpretação de cláusulas contratuais, o que é vedado em razão do enunciado das Súmulas 5 e 7 do STJ.*

*5. Agravo interno não provido"* (AgInt no AREsp 1.008.325/MG, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 20/4/2017, DJe 3/5/2017).

Ante o exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e negar-lhe provimento.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa, os quais devem ser majorados para o patamar de 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do artigo 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator